

Cultura e

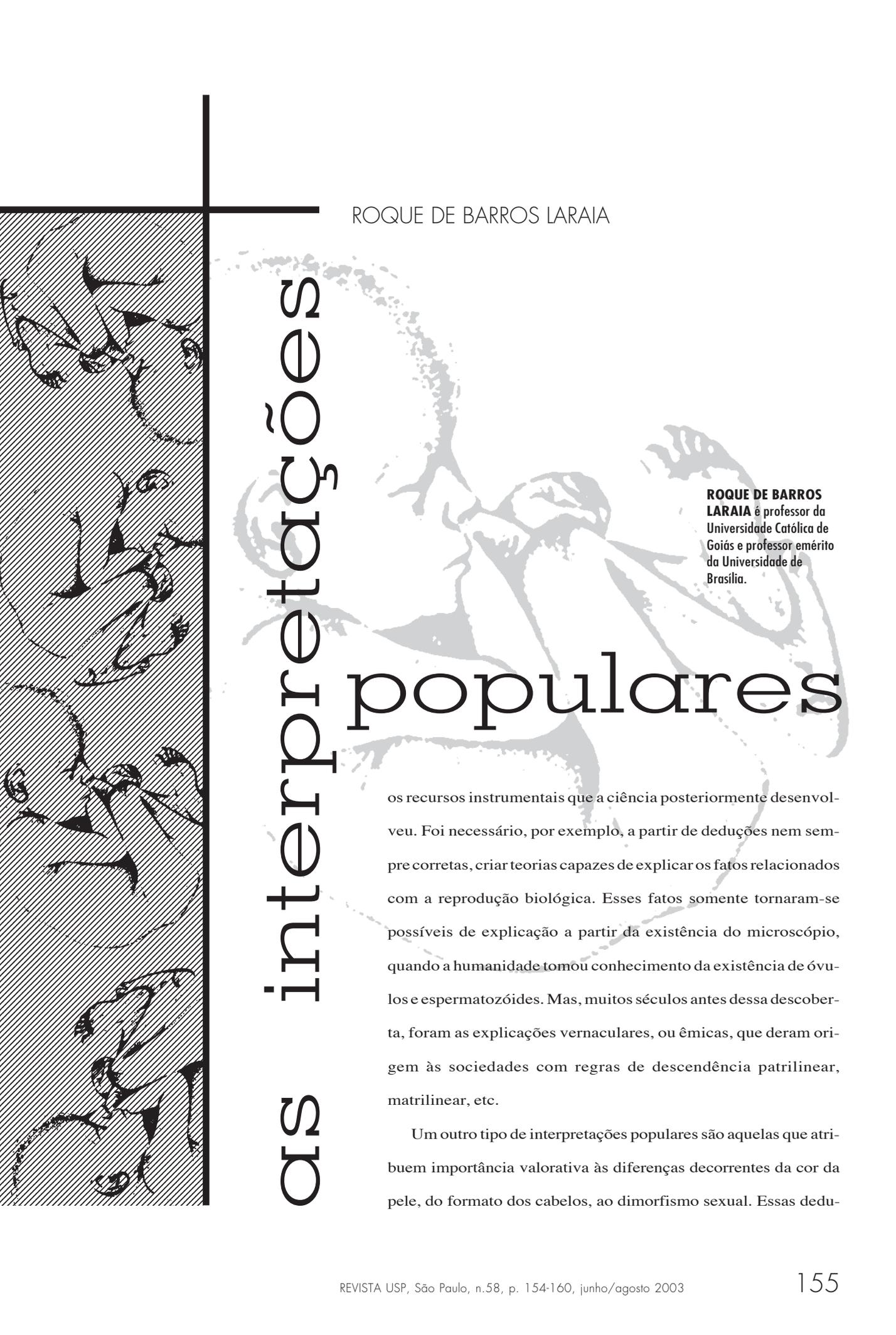
biotecnologia:

E

mbora seja a antropologia biológica que tem uma interface mais definida com a biologia e a genética, cabe também à antropologia cultural discutir os avanços da biologia e da genética, bem como o admirável desenvolvimento da biotecnologia. Tal afirmação pode causar algumas estranhezas pois é do conhecimento de todos que os antropólogos culturais não têm uma forte formação em ciências biológicas. O objetivo deste trabalho é exatamente demonstrar que a antropologia cultural tem algo a ver com os recentes desenvolvimentos das ciências biológicas, tais como o grande avanço do conhecimento genético, a possibilidade da clonagem humana e as novas técnicas de inseminação artificial.

Os antropólogos culturais realmente não estão preparados para discutir com os biólogos os temas acima citados. Mas o que pretendem é o estudo das interpretações populares que são desenvolvidas a partir das notícias dos avanços da biologia ou dos fatos biológicos propriamente ditos. Essas interpretações não são novas, não derivam apenas dos fatos recentes, como por exemplo o anúncio – ainda não confirmado – do nascimento de um clone humano. Elas existem mesmo antes da própria institucionalização das ciências biológicas. Durante muito tempo, os homens tiveram que buscar explicações para os fatos biológicos sem contar com

S
O
T
X
E
T



ROQUE DE BARROS LARAIA

as interpretações

populares

ROQUE DE BARROS LARAIA é professor da Universidade Católica de Goiás e professor emérito da Universidade de Brasília.

os recursos instrumentais que a ciência posteriormente desenvolveu. Foi necessário, por exemplo, a partir de deduções nem sempre corretas, criar teorias capazes de explicar os fatos relacionados com a reprodução biológica. Esses fatos somente tornaram-se possíveis de explicação a partir da existência do microscópio, quando a humanidade tomou conhecimento da existência de óvulos e espermatozóides. Mas, muitos séculos antes dessa descoberta, foram as explicações vernaculares, ou êmicas, que deram origem às sociedades com regras de descendência patrilinear, matrilinear, etc.

Um outro tipo de interpretações populares são aquelas que atribuem importância valorativa às diferenças decorrentes da cor da pele, do formato dos cabelos, ao dimorfismo sexual. Essas dedu-

ções eram as causas determinantes de preconceitos e de racismo cujos exemplos são encontrados em períodos antigos da história. Por exemplo, Juan Comas (1957, p. 167) cita a mais antiga referência de preconceito contra o negro, encontrada em um marco mandado erigir por ordem do faraó Sesóstris III (1887-1849 a.C.): “Nenhum negro atravessará este limite por água ou por terra, de navio ou com seus rebanhos, salvo se for com o propósito de comerciar ou fazer compras”. Embora tal proibição tenha sido feita por motivos políticos, não resta dúvida que é a primeira menção conhecida de uma forma de discriminação em função da cor da pele.

No século XIX, essas interpretações errôneas encontraram abrigo nos escritos de pseudocientistas, como Gobineau e Lombroso, que acreditavam que determinados fenótipos eram responsáveis por determinados tipos de comportamentos. Tais crenças persistiram ainda no século XX, como as formuladas pelos idealizadores do nazismo, com trágicas conseqüências para a humanidade. Nos anos 50, a revista *O Cruzeiro*, de grande circulação na época, exibiu a foto do rosto de uma homicida, com setas indicando “sobrancelhas que indicam alto grau de agressividade”, etc.

Com o aumento da divulgação científica, a partir da segunda metade do século XX, principalmente nos últimos anos, começaram a surgir novos tipos de interpretações errôneas em decorrência da falta de conhecimentos por parte do receptor da informação científica ou mesmo em decorrência da maneira várias vezes distorcida que a mídia transmite a informação. Recordamos de um documentário, divulgado por uma emissora de TV, sobre os pigmeus africanos, no qual eram apresentados como sendo o elo perdido entre os homens e os seus antepassados primatas.

Podemos, então, imaginar como o bombardeio atual de notícias sobre o avanço das ciências biológicas pode ser interpretado por grande parte da população, carente de um adequado conhecimento científico, tanto no Brasil quanto no exterior. Afinal, nem os países mais adiantados estão livres

desse problema, haja vista o grupo de americanos que se matou pretendendo pegar uma carona na cauda do cometa Halley! Pois são estas repercussões populares do avanço científico que constituem o objeto de interesse dos antropólogos.

Gostaríamos de começar com um fato real, vivido pelo próprio autor deste trabalho: no início dos anos 80, ouvimos a nossa empregada doméstica convocar as crianças da casa para assistir à notícia do nascimento do “filho do profeta”. Imaginamos, então, que a notícia se referia a alguma nova seita, dessas que anunciam o fim do mundo a cada final de século. Qual não foi a nossa surpresa quando, postados diante da televisão, ouvimos a notícia do nascimento do bebê de proveta. Imaginamos, então, que talvez exista um mecanismo lingüístico que leve uma pessoa que desconhece o significado da palavra “proveta” a ouvir a palavra mais próxima, que pode ser “profeta”, fato este plausível quando sabemos que as consoantes *f* e *v* são muito próximas.

Mas, muito antes de uma conquista científica tão espetacular como a produção de um bebê de proveta, as descobertas da biologia já provocavam reações equivocadas por parte dos leigos e principalmente dos racistas. Assim, a teoria de Darwin enfatizando a sobrevivência dos mais aptos foi saudada, como nos mostra Comas, pelos europeus como um argumento a favor de suas políticas colonialistas. Tais argumentos eram interpretados de forma a justificar a dominação dos “mais fracos” pelos “mais fortes”.

Quando foram divulgadas as notícias sobre a transmissão genética de características biológicas, muitos passaram a acreditar que as aptidões profissionais, os talentos artísticos, e até o sucesso empresarial, são frutos da transmissão genética. Desprezavam assim os fatores sociais como as diferenças de experiência de vida, os diferentes processos de socialização e de transmissão de conhecimentos que afetaram a vida de cada indivíduo. Se a transmissão genética fosse o fator preponderante existiria o risco da hegemonia de sociedades de castas sobre as de classes, o que de fato não ocorre.

Mesmo um pensador tão reputado como Alex Carrel – autor de *O Homem, Esse Desconhecido*, um *best-seller* dos anos 30 e 40 – chegou a sustentar “que o proletariado e os desocupados são indivíduos inferiores por hereditariedade e descendência”. E alguns sociobiólogos admitiam que o sucesso empresarial seria uma decorrência da hereditariedade biológica e sustentavam esta afirmação relacionando algumas dinastias empresariais, esquecendo que estas costumam ter um ciclo de vida curto, fazendo prevalecer o ditado popular “pai rico, filho nobre, neto pobre”.

Muito já foi escrito para refutar esses mitos utilizados por seus seguidores como se fossem verdades científicas. Por isso, nos limitaremos a concentrar a nossa atenção nas interpretações leigas de dois fatos importantes: a inseminação artificial e a clonagem humana.

A inseminação artificial é um exemplo interessante porque interfere de forma radical no processo de reprodução humana. Possibilita que casais afetados pela esterilidade de um de seus membros possam reproduzir, gerando uma criança que possua as características biológicas de um deles ou de ambos. Interfere no plano da natureza pois permite a reprodução independentemente de um ato sexual. E permite mesmo, para se referir a uma situação extrema, que uma virgem possa ficar grávida, fato este tão explorado por diversas mitologias (cf. Leach, 1966).

Duas décadas depois das primeiras experiências bem-sucedidas, a inseminação artificial ainda provoca polêmicas e até mesmo ações judiciais. Ao lidar com temas tão imbuídos de simbolismos, como sexo, reprodução, paternidade, maternidade e filiação, ela extrapola os limites da aplicação de uma técnica biológica para invadir o domínio da cultura. Ao abolir a gestação para a mãe biológica – no caso da utilização de uma mãe de aluguel –, suprime o ato de carregar o filho durante nove meses dentro do próprio ser. Fica com isso excluída de toda uma rica expressão simbólica desenvolvida de maneira diferente por diferentes culturas.

Existe, porém, o outro lado da moeda. A supressão das emoções decorrentes da gravidez atinge a mãe biológica, mas não atinge a mãe de aluguel, aquela que recebe e desenvolve em seu ventre o embrião com o qual não tem nenhum laço biológico. Mas apesar disso durante os nove meses que abriga o novo ser ela passa a viver de fato uma gravidez. A gravidez não é apenas um processo biológico, é também um processo cultural. A grávida passa a se comportar como determinam as normas culturais de sua própria sociedade: sente enjôos e desejos, momentos de medo, decorrentes de tabus secularmente estabelecidos. Pelo contrato estabelecido ela não deveria ter nenhum sentimento de posse em relação à criança que vai desenvolvendo em seu interior. Mas a cultura é um fator interveniente poderoso. Os padrões de comportamento materno, comumente denominados como instinto materno, passam a dominar as suas emoções. Aquela criança, que não é o fruto de uma relação usual, vive dentro dela, depende de suas substâncias vitais para a sua sobrevivência e, o pior, tem uma intensa e prazerosa comunicação com ela. Portanto, não são raros os casos em que a mãe recusa entregar aos verdadeiros genitores a criança que dentro dela se desenvolveu, dando margem a uma questão judicial.

Mas, mesmo no caso em que a entrega é feita, o contrato é cumprido, existe um trauma que é decorrente da separação criada artificialmente entre um ato que é ao mesmo tempo tanto da natureza, como da cultura. A ciência moderna, ao criar esse novo método, separou fatos que, na cultura ocidental contemporânea, são considerados indissociáveis: a concepção, a gestação e o parto. Mas o problema é que na cabeça das mães, tanto a biológica como a de aluguel, essa separação não existe. O que parecia ser apenas a aplicação de uma nova tecnologia pode resultar em um drama para duas mulheres: ser mãe sem passar pela gravidez e pelo parto; ficar grávida e parir sem ser mãe. É por isso que a literatura e a dramaturgia começam a se interessar por essas questões.

A existência de uma mãe de aluguel é

um fato novo do ponto de vista biológico, mas não é um fato novo do ponto de vista cultural. Existem sociedades em que a separação acima referida pode existir. São as sociedades fortemente patrilineares, como por exemplo as sociedades tupis, no Brasil, e os lackers, na antiga Birmânia, nas quais a criança é considerada fruto exclusivo do pai. A mulher considera isso como um fato normal, “sendo ela apenas um saco no qual a criança se desenvolve”, para utilizar uma citação de Anchieta sobre os tupinambás. Ela sabe, por antecipação, que aquela criança pertence a uma outra família e pode até se tornar um inimigo de sua própria família. Portanto, o tipo de relação social que desenvolve com a criança durante a gravidez é diferente. É comum que no caso de uma briga grave com o marido ela provoque o aborto da criança. No contrato social que o matrimônio estabelece coube a ela gestar crianças para uma outra parentela. A sua afetividade ela transmite para os filhos de seus irmãos, que são os seus verdadeiros parentes.

No final do século XX, a ciência conseguiu um feito notável: o sucesso na clonagem de uma ovelha. Essa experiência foi repetida com outros animais. Após os aplausos por uma conquista da ciência, teve início uma polêmica decorrente da possibilidade teórica da repetição desse fato tendo como objetos seres humanos. Ao lado de preocupações de ordem ética ou religiosa, surgem, como aconteceu no caso da inseminação artificial, interpretações equivocadas, frutos do desconhecimento científico, mas que têm as suas bases em manifestações de mitos populares. Além, é claro, de expressão extrema de ignorância, como a de uma mulher madura que queria ser clonada para poder novamente viver os anos exuberantes de sua juventude.

A clonagem humana desperta, entre os leigos, o temor de que um cientista maluco, ou um ditador qualquer, a utilize para formar um exército de indivíduos orientados para o mal. Esse tema foi brilhantemente tratado por Ira Lewin, em seu livro *Boys from Brazil*, escrito nos anos 70, quando a

possibilidade da clonagem humana ainda era um fato bastante remoto. Na trama desenvolvida por Lewin, o vilão é o médico nazista Mengele, que foi acusado de ter realizado experiências cruéis com os prisioneiros de guerra. Após a guerra, segundo o romancista, ele teria fugido para a América do Sul, trazendo consigo material genético de Adolf Hitler. O seu objetivo era criar um novo Adolf Hitler. Com esse material, inseminou artificialmente diversas mulheres indígenas paraguaias. Os bebês eram, em seguida, transportados via Varig – fato este que determinou o título do livro – para os Estados Unidos para serem criados por famílias de classe média que tinham algumas semelhanças com Adolf Hitler. Em um dado momento, o pai adotivo era eliminado, para que a criança passasse pelo mesmo trauma da orfandade vivido por Adolf Hitler. O autor termina o livro demonstrando que as experiências fracassaram. Nenhuma criança se transformou em um novo Hitler. Sabiamente, procurou mostrar que se, pelo menos do ponto de vista teórico, é possível a repetição biológica de um indivíduo através da clonagem, é impossível a repetição cultural e social desse indivíduo. Isso porque o original e o seu clone vão viver em épocas diferentes e experimentar situações existenciais totalmente diversas. Em outras palavras, é possível a reprodução de um indivíduo do ponto de vista biológico, mas o resultado é outra pessoa. A natureza, de certa forma, produz clones quando gera gêmeos idênticos. No entanto, eles serão sempre pessoas muito diferentes, por maior que sejam as semelhanças físicas existentes entre eles.

A impressão que se tem é que, na imaginação popular, os clones são feitos adultos. Esquecem que o processo de clonagem é, em primeira instância, um processo de inseminação que deve resultar em um bebê. Esse bebê pode ser biologicamente uma cópia do indivíduo do qual foi retirado o material genético que lhe deu origem. Será do mesmo sexo, terá o mesmo formato de cabeça, o mesmo tipo de cabelo, a mesma cor dos olhos, etc. As semelhanças, contudo, param aí. Será uma pessoa totalmente

diferente do doador do material genético. Isso porque, em primeiro lugar, ambos participaram de diferente experiência no âmbito da família. Esta entidade que é a principal responsável pela reprodução social não é capaz de proporcionar o mesmo tipo de experiência até mesmo para um grupo de irmãos. A explicação mais simples para esse fato baseia-se nas mudanças que ocorrem na vida do casal responsável pela família. A imaturidade e a falta de experiência, que estão presentes na época do nascimento do primeiro filho, vão pouco a pouco sendo substituídas, na mais comum das hipóteses, pela maturidade e pelo maior conhecimento dos fatos da vida presentes no nascimento do filho caçula. Isso sem falar nas modificações normais que ocorrem no desenvolvimento do ciclo de vida de uma pessoa.

As diferenças entre o doador e sua cópia, em segundo lugar, decorrem das mudanças culturais da própria sociedade; além da maneira como cada pessoa consegue se relacionar com o ambiente extrafamiliar. Um indivíduo pode ser fisicamente, independente da clonagem, muito semelhante ao tipo físico de seu avô, mas é uma pessoa diferente porque ele e seu avô pertencem a épocas diferentes. Essa diferença no tempo faz com que cada um possua costumes e códigos morais que divergem um do outro.

Portanto, um dos temores relativos à clonagem não tem um fundamento sólido. A ciência tem o poder para reproduzir o indivíduo biológico, mas não o tem para a construção de uma pessoa que é eminentemente resultado de processos sociais. Existem outros temores que não são temas deste trabalho, pois ignoram-se ainda muitas das possibilidades biológicas que podem resultar do processo da clonagem. Possibilidades que são resultantes de distorções no próprio processo biológico, como anomalias físicas. Por exemplo: o jovem indivíduo clonado pode sofrer um envelhecimento precoce, como foi constatado com a ovelha Dolly.

Continuando limitados aos nossos objetivos de buscar atitudes culturais relacionadas com processos biológicos e retor-

nando ao nosso primeiro tema, a inseminação artificial, pretendemos agora comentar o fenômeno cultural que, nos últimos vinte anos, foi denominado de “produção independente”. Com a intensificação das idéias feministas que se desenvolveram durante toda a segunda metade do século XX, frutos de um processo já presente no raiar deste século, algumas mulheres consideraram a possibilidade de se reproduzir, ter filhos de uma maneira independente dos homens. Inicialmente o termo foi utilizado para se referir ao nascimento de uma criança, resultante de um ato sexual descompromissado, ou seja, a mulher tem interesse de ter um filho, mas não o de conviver com o pai da criança. Algumas pessoas utilizavam essa denominação, de uma forma maldosa, para os filhos das mães solteiras. Uma situação de fato muito semelhante mas desprovida de um sentido político.

Com o advento da inseminação artificial surge a possibilidade de uma produção independente livre até mesmo do contato físico com o pai. O ideal é o desconhecimento total da identidade do doador do sêmen; embora seja desejável o conhecimento das características biológicas do mesmo, a fim de evitar supresas consideradas desagradáveis, como por exemplo a procriação de um bebê com fenotipia racial diferente da mãe.

Tais fatos nos permitem a hipótese de uma situação extrema decorrente da possibilidade da clonagem. É a hipótese de uma produção independente absoluta, isto é, dispensando até mesmo a necessidade de material genético masculino. Brincando nos limites do absurdo (?), esta seria uma situação que iria além dos anseios das mulheres do mito das amazonas.

Mas há um outro aspecto cultural relacionado com a possibilidade da clonagem: o anseio humano da reconquista da imortalidade perdida. Com efeito, na maioria dos mitos cosmológicos, o homem foi criado imortal, mas perdeu essa característica em função de um erro seu. A impossibilidade de conquistar novamente a imortalidade criou diversos artifícios compensatórios. Um deles foi imaginar, ou acreditar, que

uma pessoa possa existir em diferentes gerações. Não pretendemos discutir aqui toda essa ampla variedade de crenças religiosas sobre reencarnação e vidas passadas – pois esse não é objetivo deste trabalho –, mas gostaríamos de citar um exemplo que demonstra essa preocupação por parte de algumas sociedades.

Júlio Cezar Melatti, em seu artigo “Nominadores e Genitores: um Aspecto do Dualismo Krahó” (1968, p. 350), nos mostra que não são os genitores que atribuem os nomes aos seus filhos: “[...] o indivíduo do sexo masculino recebe nome daqueles parentes consangüíneos a que aplica o termo *keti*, o qual engloba, entre outras categorias de parentesco, o irmão da mãe, o pai da mãe, o pai do pai e seus primos paralelos”. Ao receber o nome, ele tende a usar os mesmos termos de parentesco que o indivíduo que lhe deu o nome para se referir às mesmas pessoas. Doadores e receptores de nome são considerados “quase a mesma pessoa”, pois compartilham de um conjunto de papéis sociais. Não se trata de uma crença em reencarnação, mas de uma perpetuação de uma pessoa social através de diversas gerações. Tal fato pode nos explicar as sociedades antigas que falam na existência de pessoas que teriam vivido 800 ou 900 anos. Ou seja, vários indivíduos que viveram a vida de uma mesma pessoa.

O mecanismo compensatório mais comum é a admissão de que um homem continua vivo através de seus descendentes. E, nesse caso, a clonagem poderia ser uma forma mais acurada de perpetuação. Um descendente comum herda apenas uma parte das características físicas de um de seus genitores. Neste exercício de futurologia, pois a clonagem de fato ainda não

existe, podemos imaginar a possibilidade de que, no futuro, algumas pessoas desejem obter algum tipo de “imortalidade” através de descendentes que, pelo menos do ponto de vista biológico, sejam as suas cópias perfeitas. É necessário recordar, além disso, que o senso comum acredita que os antepassados legam aos seus descendentes muito mais do que suas características biológicas.

Entre os muitos temores que a idéia de clonagem desperta, existe a ameaça da revitalização das idéias da eugenia. Os nazistas procuraram através dela o estabelecimento da hegemonia de uma “raça pura”, estimulando a procriação entre aqueles que eram considerados “puros” e eliminando fisicamente os demais. É possível imaginar que a nova eugenia pode consistir na abolição da reprodução natural que dá continuidade aos diferentes fenótipos existentes e na adoção, através da inseminação e da clonagem, de tipos físicos considerados de maior valor estético. Isso seria o resultado da apropriação, por parte da cultura, das técnicas da biologia. O que assusta um antropólogo é que significaria o triunfo da homogeneização sobre a fascinante diversidade hoje existente.

Repetimos, não foi o nosso intento discutir as questões éticas e mesmo as consequências biológicas das novas biotecnologias. Essas discussões já existem e têm contribuído para que a legislação de vários países proibam as experiências com a clonagem humana. Mas até quando será possível coibir essas experiências? O geneticista Clodovaldo Pavan acredita que logo surgirão os “paraísos clonais”, onde essas experiências serão feitas. Enfim, é muito difícil conter a curiosidade dos homens.

BIBLIOGRAFIA

- COMAS, Juan. *Manual de Antropologia Física*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1957.
- DAMATTA, Roberto. *Edmund Leach*. São Paulo, Ática, 1983.
- LEACH, Edmund. “Virgin Birth”, in *Proceedings of the Royal Anthropological Institute*. Londres, 1966.
- MELATTI, Júlio César. “Nominadores e Genitores: um Aspecto do Dualismo Krahó”, in *Verhandlungen des XXXVIII. Internationalen Americanistenkongresses*. Stutgasrt-München 12, bis 18, August 1968.